



Número: **0801447-09.2022.8.15.0201**

Classe: **CUMPRIMENTO DE SENTENÇA**

Órgão julgador: **1ª Vara Mista de Ingá**

Última distribuição : **09/11/2022**

Valor da causa: **R\$ 5.000,00**

Assuntos: **Divisão e Demarcação**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
JOSE JOSINALDO DA COSTA (EXEQUENTE)		JOSE WILSON DA SILVA ROCHA (ADVOGADO)	
VALDIR BERNARDO MARINHO (EXECUTADO)			
SAMUEL CARLOS GOMES DE MORAIS (TERCEIRO INTERESSADO)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
90190576	17/05/2024 09:41	<a href="#">Sentença</a>	Sentença



**Poder Judiciário da Paraíba**  
**1ª Vara Mista de Ingá**

DEMARCAÇÃO / DIVISÃO (34) 0801447-09.2022.8.15.0201

[Divisão e Demarcação]

AUTOR: JOSE JOSINALDO DA COSTA

REU: VALDIR BERNARDO MARINHO

**SENTENÇA**

Vistos, etc.

JOSÉ JOSINALDO DA COSTA ajuizou ação de demarcação de terras particulares em face de VALDIR BERNARDO MARINHO.

Em síntese, a parte autora alega que o réu é proprietário de imóvel rural confinante ao seu e que este invadiu parte de seu imóvel, desrespeitando as devidas divisas.

Pede a demarcação correta dos imóveis e a condenação à restituição do terreno invadido.

A inicial veio acompanhada dos documentos.

Citado, o réu não apresentou contestação, tendo sua revelia decretada (id 71925540).

Processo saneado e deferida a prova pericial (id. 74829791).

Laudo pericial juntado ao id. 83999440.

Manifestação do autor no id. 84634091.

Vieram os autos conclusos.

**É o relatório. Decido.**



A ação de demarcação de terras está prevista no artigo 574 e seguintes do Código de Processo Civil e tem como objetivo estabelecer a correta delimitação de imóveis confinantes.

Para tanto, necessária a prova pericial, a fim que o perito judicial apresente minucioso laudo sobre o traçado da linha demarcada, considerando os títulos, os marcos, os rumos, a fama da vizinhança, as informações de antigos moradores do lugar e outros elementos que coligirem (arts. 579 e 580, do CPC).

No caso dos autos, o perito judicial apresentou estudo robusto, com as seguintes conclusões:

- *A “nova cerca” foi instalada recentemente;*
- *As coordenadas geográficas apresentadas através do memorial descritivo, são reais e fidedignas a localização da “cerca antiga”;*
- *Não sendo apresentada nos autos provas capazes de comprovar a aquisição da área em questão;*
- *Sendo a parte autora detentora da área em questão a vários anos, sem que haja contestação ao fato, apresentando inclusive certidões e levantamentos topográficos desta.*
- *Entendo, salvo melhor juízo, que a “nova cerca” instalada pela parte Ré, foi edificada em área irregular, invadindo parte da área de propriedade da parte Autora e que os limites corretos estão delimitados pela “cerca antiga”” (id. 83999440 – pág. 17).*

Em resumo, entendeu o perito que há indícios suficientes de que houve efetivamente a invasão de parte do imóvel da autora com a construção de uma nova cerca divisória em substituição àquela anteriormente existente, tal como relatado na inicial.

Ademais, por constatar que, na verdade, era a antiga cerca divisória que coincidia efetivamente com as marcações divisórias contidas na matrícula do imóvel da parte autora, ela é que a deveria prevalecer como linha demarcada dos dois imóveis

Ora, neste ponto, observo que o laudo pericial está embasado em parâmetros técnicos adequados, não havendo motivos para desconsiderá-lo.



Trata-se, ademais, de laudo com relação ao qual as partes não apresentaram impugnação.

Por fim, trata-se de prova que demanda conhecimento técnico a qual foi produzida por profissional de confiança deste Juízo e devidamente submetida ao crivo do contraditório das partes.

Sendo assim, de rigor respeitar o que restou atestado pela perícia.

Ante o exposto, com fundamento no art. 487, I, do CPC, **JULGO PROCEDENTE** o pedido da inicial para: a) declarar que o traçado da linha divisória entre os imóveis das partes, no tocante a extensão descrita pelos vértices E32 ao E37 da inicial, siga os dados tabulares da matrícula nº 6.5725, do CRI de Ingá/PB; b) declarar o domínio da parte autora sobre a área invadida pelo réu; c) condenar o réu a restituir ao autor a área invadida.

Dada a sucumbência e a causalidade, condeno a parte ré ao pagamento das custas e despesas processuais, bem como de honorários advocatícios, ora fixados, nos termos do art. 85, 2º, do CPC, em 15% sobre o valor atualizado da causa.

Com o trânsito em julgado desta sentença, intime-se o perito a: a) efetuar a demarcação, bem como colocar os marcos necessários à divisão dos imóveis; b) elaborar a planta e memorial descritivo, nos termos do que dispõem os artigos 582, parágrafo único, e seguintes do CPC; c) encerradas as etapas anteriores, juntar nestes autos relatório escrito consignando a exatidão do memorial e da planta, para ser, oportunamente, submetido ao contraditório das partes.

Considerando que o autor é beneficiário da justiça gratuita, requirite-se o pagamento dos honorários periciais ao TRIBUNAL DE JUSTIÇA.

Publicada e registrada eletronicamente. Intime-se.

Ingá, data da assinatura digital.

**RAFAELA PEREIRA TONI COUTINHO**

**Juíza de Direito**



